

# SOLO SEGURO





## CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

### **Presidente**

Ministro Luís Roberto Barroso

### **Corregedor Nacional de Justiça**

Ministro Luis Felipe Salomão

### **Conselheiros**

Ministro Caputo Bastos

José Rotondano

Renata Gil de Alcantara Videira

Mônica Autran Machado Nobre

Daniela Pereira Madeira

Alexandre Teixeira

Guilherme Guimarães Feliciano

Pablo Coutinho Barreto

João Paulo Santos Schoucair

Daiane Nogueira de Lira

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

### **Secretária-Geral**

Adriana Alves dos Santos Cruz

### **Secretário de Estratégia e Projetos**

Gabriel da Silveira Matos

### **Diretor-Geral**

Johaness Eck

### **Secretária de Comunicação Social**

Giselly Siqueira

### **Coordenador de Mídias**

Jônathas Seixas de Oliveira

### **Coordenadora de Imprensa**

Cecília Malheiros

### **Capa e diagramação**

Jeovah Herculano Szervinsk Junior

### **Revisão de texto**

Carmem Menezes

Caroline Itchenco Zanetti

## CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA

### **Assessor-Chefe**

José Artur Calixto

### **COORDENADORIA DE GESTÃO DE PROJETOS DA CORREGEDORIA**

#### **Juizes Auxiliares**

Otávio Henrique Martins Port

Roberta Ferme Sivolella

#### **Coordenadora**

Aline Barreto Vianna Cardoso

#### **Servidores**

Gabriel Alves dos Santos

Juliana Ferreira de Freitas

Priscilla Valéria Gianini Santos

### **COORDENADORIA DE GESTÃO DE SERVIÇOS NOTARIAIS E DE REGISTRO**

#### **Juizas Auxiliares**

Carolina Ranzolin Nerbass

Liz Rezende de Andrade

#### **Coordenador**

Luciano Almeida Lima

#### **Servidor**

Leonardo Sanches Ferreira

2024

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 - CEP: 70070-600

Endereço eletrônico: [www.cnj.jus.br](http://www.cnj.jus.br)

# SOLO SEGURO





# SUMÁRIO

SEMANA DE MOBILIZAÇÃO SOLO SEGURO FAVELA .....	7
<b>1. REGIÃO NORTE .....</b>	<b>8</b>
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE .....	8
Número total de registros entregues: <b>750</b> .....	<b>8</b>
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ .....	8
Número total de registros entregues: <b>200</b> .....	<b>8</b>
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS .....	8
Número total de registros entregues: <b>6.198</b> .....	<b>8</b>
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ .....	10
Número total de registros entregues: <b>8.698</b> .....	<b>10</b>
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA .....	10
Número total de registros entregues: <b>1.033</b> .....	<b>10</b>
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA .....	11
Número total de registros entregues: <b>evento não realizado</b> .....	<b>11</b>
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE TOCANTINS .....	11
Número total de registros entregues: <b>507</b> .....	<b>11</b>
<b>2. REGIÃO NORDESTE .....</b>	<b>13</b>
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS .....	13
Número total de registros entregues: <b>393</b> .....	<b>13</b>
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ .....	13
Número total de registros entregues: <b>1.061</b> .....	<b>13</b>
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA .....	13
Número total de registros entregues: <b>509</b> (comarcas do interior) .....	<b>13</b>
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO .....	17
Número total de registros entregues: <b>3.350</b> .....	<b>17</b>
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE .....	17
Número total de registros entregues: <b>373</b> .....	<b>17</b>
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE .....	17
Número total de registros entregues: <b>327</b> .....	<b>17</b>
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ .....	22
Número total de registros entregues: <b>5.452</b> .....	<b>22</b>
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO .....	22
Número total de registros entregues: <b>3.445</b> .....	<b>22</b>

<b>3. REGIÃO CENTRO-OESTE</b> .....	<b>23</b>
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO .....	23
Número total de registros entregues: <b>1.541</b> .....	<b>23</b>
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL .....	24
Número total de registros entregues: <b>385</b> .....	<b>24</b>
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS .....	25
Número total de registros entregues: <b>352</b> .....	<b>25</b>
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS .....	25
Número total de registros entregues: <b>1.605</b> .....	<b>25</b>
<b>4. REGIÃO SUL</b> .....	<b>26</b>
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA .....	26
Número total de registros entregues: <b>570</b> .....	<b>26</b>
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL .....	27
Evento não realizado, em face da calamidade pública ocorrida no estado. ....	27
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ .....	27
Número total de registros entregues: <b>1.106</b> .....	<b>27</b>
<b>5. REGIÃO SUDESTE</b> .....	<b>28</b>
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO .....	28
Número total de registros entregues: <b>269</b> .....	<b>28</b>
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO .....	28
Número total de registros entregues: <b>476</b> .....	<b>28</b>
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO .....	29
Número total de registros entregues: <b>2.080</b> .....	<b>29</b>
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS .....	29
Número total de registros entregues: <b>1.026</b> .....	<b>29</b>
<b>6. TOTAL DE TÍTULOS ENTREGUES</b> .....	<b>32</b>

# SEMANA DE MOBILIZAÇÃO SOLO SEGURO FAVELA

O Programa Permanente de Regularização Fundiária Plena de Núcleos Urbanos Informais e Favelas – Solo Seguro Favela –, instituído pelo Provimento CN n. 158, de 5 de dezembro de 2023, tem por finalidade fomentar ações sociais, urbanísticas, jurídicas e ambientais relativas à Regularização Fundiária Urbana (Reurb), incorporando núcleos informais ao ordenamento territorial urbano e titulando seus ocupantes com os respectivos registros imobiliários, ainda que localizados em área inicialmente considerada rural.

## 1. REGIÃO NORTE

- **Tribunal de Justiça do Estado do Acre**  
Número total de registros entregues: **750**
- **Tribunal de Justiça do Estado do Amapá**  
Número total de registros entregues: **200**
- **Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas**  
Número total de registros entregues: **6.198**

É imperioso destacar que a entrega de mil títulos foi realizada no bairro Colônia Antônio Aleixo, local historicamente conhecido por abrigar pessoas diagnosticadas com hanseníase desde 1942. Desde então, esses pacientes e seus familiares residiam sem os devidos registros imobiliários. A entrega desses registros representa um compromisso com o reconhecimento de direitos, conforme disposto no Provimento n. 158/2023 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e no Núcleo de Inclusão, Acessibilidade e Proteção às Pessoas Socialmente Vulneráveis (NAPPV), instituído pelo Provimento n. 450/2023 da Corregedoria Geral de Justiça do Amazonas (CGJ/AM).







## ▪ Tribunal de Justiça do Estado do Pará

Número total de registros entregues: **8.698**

## ▪ Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Número total de registros entregues: **1.033**

A Corregedoria Geral da Justiça de Rondônia (CGJ/RO), por meio do Núcleo de Regularização (Nuref), como ação da Semana de Conscientização e Mobilização do Solo Seguro Favela, promoveu o encontro Identificação e Mapeamento de Favelas e Comunidades Urbanas com os municípios rondonienses e a Superintendência Regional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para apresentar a abrangência de dados estatísticos detidos pelo Instituto — renda familiar, estrutura das edificações, acessos de circulação e vias terrestres, instalações de equipamentos comunitários, núcleos apontados como favelas, dentre outros —, que servem para subsidiar a atuação dos municípios no aprimoramento das estratégias locais em regularização fundiária<sup>1</sup>.

1 RONDÔNIA REPORTER. *Solo Seguro Favela*. Corregedoria do TJRO promove encontro sobre regularização fundiária. Disponível em: <https://rondoniareporter.com.br/solo-seguro-favela-corregedoria-do-tjro-promove-encontro-sobre-regularizacao-fundiaria>. Acesso em: 15 ago. 2024.





## ▪ Tribunal de Justiça do Estado de Roraima

Número total de registros entregues: **evento não realizado**

## ▪ Tribunal de Justiça do Estado de Tocantins

Número total de registros entregues: **507**

No dia 3 de junho de 2024, o juiz coordenador do Núcleo de Prevenção e Regularização Fundiária (Nupref), dr. Wellington Magalhães, participou como palestrante no webinar sobre regularização fundiária promovido pela Corregedoria das Comarcas do Interior do Tribunal de Justiça da Bahia. Em continuidade, no dia 3 de junho de 2024, aconteceu a reunião inaugural da Câmara Técnica de Governança Fundiária (CTGF) – Terras Quilombolas –, que tem o intuito de diagnosticar a problemática da questão quilombola no estado do Tocantins e o envolvimento das mais diversas instituições estatais para uma atuação multidisciplinar.

No dia 4 de junho de 2024, o juiz coordenador do Nupref, dr. Wellington Magalhães, e a corregedora-geral da Justiça, desembargadora Maysa Vendramini Rosal, participaram de reuniões em Brasília/DF para debate de questões fundiárias do estado do Tocantins. Inicialmente, visitaram o Conselho Nacional de Justiça para apresentar relatório de atividades desenvolvidas do Plano de Trabalho surgido por meio da Ação Discriminatória n. 335/92, regulado pelo Provimento n. 01/2024 – CGJUS/CGABCGJUS/COAD. Reuniram-se também com o presidente da Associação Nacional dos Notários e Registradores (Anoreg), Rogério Bacellar, e com o secretário-executivo do Ministério do



Meio Ambiente, João Paulo Capobianco. Na oportunidade, apresentaram os resultados do 5.º Fórum Fundiário Nacional e entregaram a Carta do 5.º Fórum Fundiário Nacional – Carta de Palmas.

Ressalta-se que está sendo realizada, na Serventia de Registro de Imóveis de Palmas/TO, uma força tarefa de regularização fundiária do Setor Irmã Dulce, que culminará no registro de mais de 1.300 títulos definitivos de propriedade.



## 2. REGIÃO NORDESTE

### ▪ Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas

Número total de registros entregues: **393**

O Poder Judiciário alagoano já desenvolve, com êxito, contínuas ações voltadas à regularização fundiária em âmbito estadual, a partir da instituição, por meio do Ato Normativo Conjunto n. 6, de 21 de junho de 2023, e do Ato Normativo Conjunto n. 5, de 30 de maio de 2023, do Tribunal de Justiça de Alagoas e da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas, dos projetos Moradia Legal e Rural Legal, cuja coordenação atualmente é exercida pela Comissão de Regularização Fundiária Urbana e Rural do TJ-AL, a qual é vinculada à Presidência do Tribunal de Justiça de Alagoas.

### ▪ Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

Número total de registros entregues: **1.061**

Em momento anterior ao da semana nacional da ação preferalada, fora encaminhado ao CNJ o Ofício n. 759/2024-CGJUCGJ, ID 4207501, da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Ceará (CGJ-CE), com a apresentação do plano estratégico do Programa Permanente de Regularização Fundiária de Núcleos Urbanos Informais e Favelas – Solo Seguro Favela –, ID 4207535.

Ainda no Ofício Circular da CGJ-CE, ID 4207501, fora explanado que, no plano estratégico elaborado pela Corregedoria, são pontuadas experiências anteriores à edição do Provimento n. 158/2023 do CNJ referente ao Programa Permanente de Regularização Fundiária de Núcleos Urbanos Informais e Favelas – Solo Seguro Favela –, bem como foram listadas as ações já promovidas pela Corregedoria, pelo estado do Ceará e pelo município de Fortaleza, assim como se noticiou a respeito das ações futuras e já realizadas em decorrência da disposição do Provimento n. 158/2023 do CNJ.

### ▪ Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

Número total de registros entregues: **509 (comarcas do interior)**

Entre os dias 3 e 4 de junho de 2024, foi realizado o webinar Solo Seguro Favela: a Regularização Fundiária como Ferramenta de Transformação Social e Econômica. O evento contou com uma abertura proferida pela desembargadora Pilar Célia Tobio de Claro, que citou os resultados dos projetos executados em período anterior e apresentou as propostas da nova gestão para o programa de regularização fundiária urbana.





No dia 7 de junho de 2024, o juiz assessor auxiliar dr. Moacir Reis Fernandes Filho compareceu aos municípios de Buritirama, Barra e Xique-xique para acompanhar as cerimônias de entrega de títulos realizadas naquelas cidades.



Número total de registros entregues: **2.127** (SSA)

Os títulos de propriedade recentemente concedidos no município de Salvador têm sua origem na soma resultante da conversão de títulos de CDRU (Concessão de Direito Real de Uso) e CUEM (Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia) em processos de legitimação fundiária, totalizando 500 títulos, além dos procedimentos relacionados à regularização fundiária urbana de natureza complexa (Reurb), os quais somam 612 títulos, totalizando assim 1.112 títulos emitidos.





## ▪ Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

Número total de registros entregues: **3.350**

Foi realizado o 2.º Workshop em Governança Fundiária: Solo Seguro Favela, no auditório da Escola de Magistratura do Maranhão, com um público de 150 pessoas.

## ▪ Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

Número total de registros entregues: **373**

## ▪ Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte

Número total de registros entregues: **327**

Além do resultado informado, foi protocolizado um projeto de Reurb junto ao 3.º Ofício de Natal/RN, referente à etapa do processo extrajudicial, anterior à titulação, que corresponde a 180 novas regularizações.



Abertura da Semana Solo Seguro Favela no estado do Rio Grande do Norte.



Entrega de títulos na CEHAB acompanhada pela CGJRN.



Entrega de títulos no município de Natal/RN acompanhada pela CGJRN.



Entrega de títulos no município de Natal/RN acompanhada pela CGJRN.



Simpósio Programa Solo Seguro Favela e a Reurb no estado do Rio Grande do Norte.





Simpósio Programa Solo Seguro Favela e a Reurb no estado do Rio Grande do Norte.

## Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba

Não houve entrega de títulos até o momento, havendo a perspectiva de entrega de cerca de mil títulos.



O juiz Antônio Carneiro coordenou o projeto na Paraíba.

Fonte: [https://www.tjpb.jus.br/sites/default/files/media/2024/06/Solo\\_Seguro\\_-\\_Favela\\_reuniao\\_Antonio\\_Carneiro.jpg](https://www.tjpb.jus.br/sites/default/files/media/2024/06/Solo_Seguro_-_Favela_reuniao_Antonio_Carneiro.jpg).



Carlos Ulysses Neto explicou a concessão das escrituras.

Fonte: [https://www.tjpb.jus.br/sites/default/files/media/2024/06/Solo\\_Seguro\\_-\\_Favela\\_reuniao\\_Carlos\\_Ulysses\\_anoreg.jpg](https://www.tjpb.jus.br/sites/default/files/media/2024/06/Solo_Seguro_-_Favela_reuniao_Carlos_Ulysses_anoreg.jpg).

## ▪ Tribunal de Justiça do Estado do Piauí

**Número total de registros entregues: 5.452**

A programação da Semana de Mobilização no Piauí incluiu várias atividades significativas: a) divulgação de um vídeo institucional da Presidência sobre a iniciativa; b) entregas de registros em comunidades de vários municípios e da capital; c) visita da Presidência do tribunal, juntamente com a Coordenação do programa e os entes cooperantes, aos moradores de comunidades, para a entrega de registros de imóveis em suas residências; e d) solenidade de encerramento da Semana de Mobilização, com a presença dos entes cooperantes e a participação do ministro Luís Roberto Barroso. Durante o evento, foi entregue o Selo Município 100% Regularizado ao município de Guaribas/PI. Além disso, foi entregue um registro de imóvel a uma moradora beneficiária, que representou a referida comunidade e todos os demais beneficiados com registros de imóveis emitidos para a Semana de Mobilização.

## ▪ Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

**Número total de registros entregues: 3.445**

Outros 4.109 títulos foram expedidos, com previsão de entrega até final de junho, devendo o Programa Moradia Legal Pernambuco ultrapassar os 30 mil títulos entregues ainda neste semestre.

Além das entregas de títulos, foram realizadas diversas ações de mobilização e conscientização em regularização fundiária, com a finalidade de divulgar a Semana Solo Seguro Favelas e Núcleos Urbanos e a sua importância para a melhoria da vida na cidade. Durante a Semana, equipes de prefeituras e órgãos do estado e da União realizaram diversas atividades de panfletagem, fixação de cartazes, divulgação de mensagens em carros de som e na rádio, entrevistas nas redes sociais e em programas de rádio, bem como participação em debates e audiências públicas.

As entrevistas em programas de rádio e nas redes sociais alcançaram todo o estado de Pernambuco, tendo sido promovidas por municípios, cartórios e a Assessoria de Comunicação do TJPE, que produziu e disponibilizou materiais para os parceiros (<https://portal.tjpe.jus.br/web/moradia-legal/pecas-decomunicacao>) e publicou diariamente informações sobre as ações desenvolvidas. As universidades federais de Pernambuco, UFPE e UFRPE, realizaram atividades de capacitação e conscientização. A UFPE realizou, durante toda a Semana, o II Seminário de Regularização Fundiária Urbana, enquanto a UFRPE realizou o I Ciclo de Escutas e Diálogos sobre Aspectos da Regularização em Terras Indígenas e Quilombolas de Pernambuco, em formato híbrido.

### 3. REGIÃO CENTRO-OESTE

#### ▪ Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso

Número total de registros entregues: **1.541**

Como forma de obter maior alcance e participação das comunidades e dos demais interessados sobre o tema “regularização fundiária”, a Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Mato Grosso realizou, no dia 6 de junho de 2024, o Seminário Solo Seguro – Núcleos Informais e Favelas –, de forma virtual, transmitido pelo canal oficial do TJMT no YouTube e pela plataforma Teams. O seminário contou com a presença de mais de 300 pessoas.





## ▪ Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul

Número total de registros entregues: 385

O Tribunal de Justiça de MS realizou, nos dias 6 e 7 de junho, referentes à semana de conscientização e mobilização do Solo Seguro Favela, o 1.º Congresso Brasileiro de Regularização Fundiária Judicial e Extrajudicial, em parceria com a OAB/MS, o CNJ e o governo do estado.

A programação do congresso contou com oito palestras abordando formas judiciais e extrajudiciais de regularização de imóveis. A palestra de abertura foi realizada pelo desembargador Luiz Tadeu Barbosa Silva, coordenador do programa Lar Legal MS, implantado no estado pelo presidente do TJMS, o desembargador Sérgio Fernandes Martins, que falou sobre “Coisa Julgada no Procedimento de Jurisdição Voluntária de Regularização Fundiária”.

### < Curso Lar Legal e Reurb – Regularização de Imóveis tem abertura no TJMS

04/04/2024 16:10 1499 visualizações

A+ A-



Começaram na noite de quarta-feira, dia 3 de abril, as aulas do curso presencial Lar Legal e Reurb - Regularização de Imóveis. A aula inaugural foi realizada no Plenário do Tribunal Pleno. O evento prossegue nos dias 4 e 5 no auditório do Crea-MS. O curso é promovido pela Associação Sul-mato-grossense de Engenheiros Agrimensores (ASMEA), em parceria com a Comissão Fundiária da OAB/MS, e vai se aprofundar na Regularização Fundiária envolvendo o procedimento de jurisdição voluntária do Lar Legal MS, programa criado pelo Judiciário, e o procedimento administrativo da Reurb, de competência da Agência de Habitação Popular de MS (Agehab).

Acesse a matéria completa: <https://www.tjms.jus.br/noticia/63677>





## < TJMS convida Defensoria Pública a juntar esforços no Programa Lar Legal

22/01/2024 16:20 • 732 visualizações

A+ A-



Na manhã desta segunda-feira, dia 22 de janeiro, a presidência do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul esteve no gabinete da Defensoria Pública-Geral do MS na busca da integração das instituições públicas na regularização fundiária de imóveis do estado por meio do Programa Lar Legal.

Acesse a matéria completa: <https://www.tjms.jus.br/noticia/63470>

### ▪ Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios

Número total de registros entregues: **352**

Do total de 352 títulos de propriedade, 185 foram efetivamente registrados e entregues aos beneficiários durante a Semana Solo Seguro Favela, e 167 títulos foram protocolados em cartório, sem exigência, os quais serão registrados retroativamente à data do protocolo dentro da Semana Solo Seguro.

### ▪ Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Número total de registros entregues: **1.605**

## 4. REGIÃO SUL

### ▪ Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina

Número total de registros entregues: **570**

Em Santa Catarina, moradores de Criciúma, Joinville, Indaial, Caçador e Monte Carlo receberam o tão esperado título de propriedade. “O Solo Seguro Favela é um projeto do Poder Judiciário que aposta no resgate da cidadania para estes locais, porque, quando você entrega um título de propriedade, entrega também segurança jurídica, segurança pública, educação e saúde”, disse o ministro Salomão.

O presidente do TJSC, em seu pronunciamento, afirmou que “tratar da regularização fundiária é tratar da dignidade da pessoa humana”. Ele sublinhou que a propriedade, adequadamente registrada, traz segurança jurídica aos moradores. “Se a pessoa está à margem da lei, ela está desprotegida. A lei não serve para punir, mas para proteger”, disse Oliveira Neto.



Fonte: <https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/cnj-conclui-em-palhoca-semana-nacional-de-regularizacao-fundiaria>.



- **Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul**  
Evento não realizado, em face da calamidade pública ocorrida no estado.
- **Tribunal de Justiça do Estado do Paraná**  
Número total de registros entregues: **1.106**





## 5. REGIÃO SUDESTE

### ▪ Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo

Número total de registros entregues: **269**

Informa-se que foram pactuados seis Acordos de Cooperação Técnica com os municípios de Rio Bananal, Cariacica, Vila Velha, Viana, Vitória e Fundão.

No dia 7 de junho, foi realizada reunião de trabalho com os integrantes do Grupo de Trabalho Permanente para a realização de estudos e a elaboração de propostas de atualização normativa e de uniformização de procedimentos no âmbito do Poder Judiciário do Espírito Santo no que se refere à Regularização Fundiária Urbana (Reurb), a fim de alinhar a construção de regulamentação do fundo de compensação de atos praticados pelos registradores de imóveis no contexto de Reurb de Interesse Social (Reurb-s).

#### Solo Seguro Favela: Corregedoria-Geral da Justiça do Espírito Santo dá início à ação

5 de junho de 2024 - Notícias do Judiciário / Agência CNJ de Notícias



#### Corregedoria-Geral do Espírito Santo assina acordo sobre regularização fundiária em Viana

8 de junho de 2024 - Notícias do Judiciário / Agência CNJ de Notícias



### ▪ Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Número total de registros entregues: **476**

Resultados encaminhados pelo Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ): do total de 2.627 beneficiários, 476 tiveram títulos entregues, 116 têm títulos pendentes de agendamento para entrega, 670 têm títulos em cartório aguardando a abertura de matrícula, e os demais aguardam a emissão da CRF pela prefeitura.

A CEHAB, não obstante ter sido intimada, até a presente data, não apresentou informações acerca dos títulos entregues ou pendentes de entrega no ano de 2024.

## ▪ Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Número total de registros entregues: 2.080

O programa Solo Seguro Favela viabiliza a entrega de títulos de propriedade, registrados em cartório, aos moradores de comunidades. Os documentos transformam os ocupantes em proprietários e permitem o acesso a serviços básicos e a inclusão em programas governamentais. Além disso, a medida estimula a economia das áreas, organiza o espaço urbano e ainda contribui com a preservação do meio ambiente.



Fonte: <https://www.tjsp.jus.br/Noticias/Noticia?codigoNoticia=99448#:~:text=0%20Programa%20Solo%20Seguro%20Favela,a%20inclus%C3%A3o%20em%20programas%20governamentais.>

## ▪ Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Número total de registros entregues: 1.026

A Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Aço (ARMVA) é uma autarquia do Governo de Minas Gerais que desempenha um papel pioneiro no estado em ações de regularização fundiária urbana. Essas ações estão em execução desde a promulgação da Lei Federal n. 13.465/2017 e fazem parte do Minas Reurb – Programa Mineiro de Integração e Regularização Territorial.

O Minas Reurb tem como objetivo central a regularização fundiária urbana, culminando na entrega efetiva dos títulos de propriedade aos beneficiários. Essa iniciativa visa garantir o direito social à moradia e promover o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana. Ao beneficiar mais de 17 mil cidadãos residentes na Região Metropolitana do Vale do Aço até o segundo bimestre de 2024, o programa contribui significativamente para a promoção da cidadania e para o desenvolvimento econômico local.

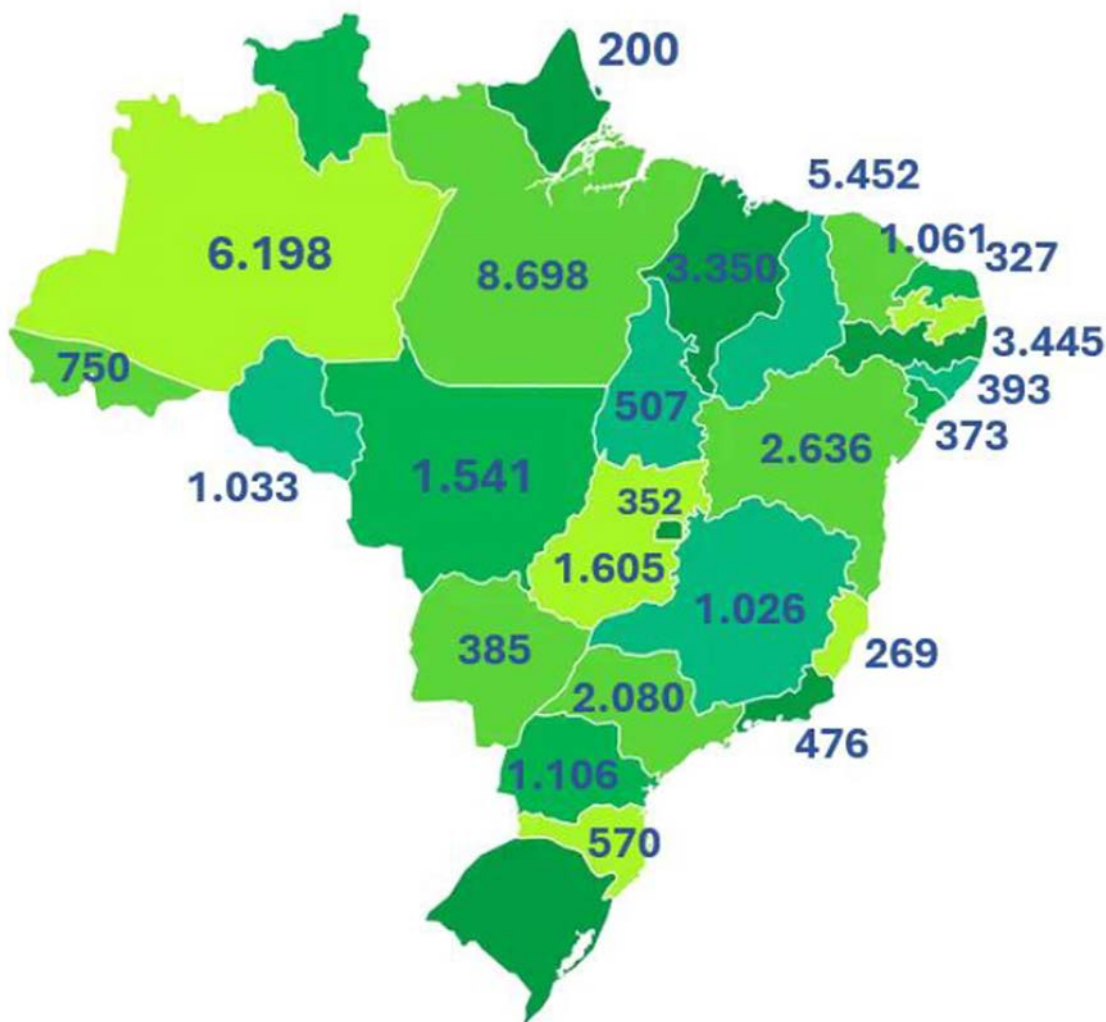
Até o momento, 14 dos 28 municípios atendidos pela ARMVA participam do Minas Reurb. Isso resultou no registro de mais de 3.545 imóveis, tanto públicos quanto privados. Além disso, mais de 2,9 milhões de metros quadrados do território do Vale do Aço já foram regularizados ou estão em processo de regularização.







## 6. TOTAL DE TÍTULOS ENTREGUES



2024

### Resultados parciais

Já foram contabilizados mais de **43.833** títulos registrados entregues em todo o Brasil.





